

CONCURSO PÚBLICO

Com publicação no Jornal Oficial da União Europeia

FORNECIMENTO DE GÉNEROS ALIMENTARES NO

ÂMBITO DO FUNDO EUROPEU DE AUXÍLIO ÀS PESSOAS

MAIS CARENCIADAS

CADERNO DE ENCARGOS

Processo n.º 2001/17/0000005

ÍNDICE

1. DISPOSIÇÕES GERAIS	3
2. CONTRATO.....	5
3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	6
5. INTERPRETAÇÃO DA DIVERGÊNCIA ENTRE DOCUMENTOS.....	6
6. ALTERAÇÕES RELATIVAS AO ADJUDICATÁRIO	6
7. NOTIFICAÇÕES, INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES	7
8. CONTAGEM DOS PRAZOS	7
9. PREÇO BASE	7
10. PRAZO DE EXECUÇÃO	12
11. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	13
12. ATRASOS E MORA DE PAGAMENTOS POR PARTE DO ADJUDICANTE.....	19
13. PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO.....	20
14. RESCISÃO	22
15. RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL	22
16. ALTERAÇÕES.....	22
17. FORÇA MAIOR.....	23
18. RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS.....	24
19. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	24

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. OBJETO

1.1.1 Constitui objeto do presente concurso o fornecimento de géneros alimentares, constantes de 18 lotes, nos termos previstos e definidos no ponto 1.2.1 do presente Caderno de Encargos e respetivos anexos que dele fazem parte integrante.

1.1.2. O objeto do presente concurso tem enquadramento na Portaria n.º 190-B/2015, de 26 de junho, que adota o regulamento geral do Fundo Europeu de Apoio a Carenciados (FEAC) e a regulamentação específica do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas em Portugal (POAPMC), para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2020, bem como no Regulamento (UE) n.º 223/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2014 relativo ao Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas.

1.1.3. O presente Caderno de Encargos aplica-se ao contrato a celebrar entre o Instituto da Segurança Social, IP (ISS,IP) e o(s) adjudicatário(s) responsáveis pelo fornecimento dos géneros alimentares constantes dos 18 lotes, identificados no presente Caderno de Encargos, o qual revestirá a modalidade de “Contrato de Fornecimento de Géneros Alimentares” e será válido até ao cumprimento integral do seu objeto.

1.1.4. Os concorrentes poderão concorrer a qualquer um dos Lotes, a vários ou a todos, sendo obrigatória a apresentação de uma proposta por cada lote.

1.2 GÉNEROS ALIMENTARES A FORNECER

1.2.1. Os tipos de géneros alimentares e respetivo acondicionamento a fornecer pelo(s) adjudicatário(s) são os constantes dos lotes a seguir indicados:

- Lote 1 - 5.760.480 embalagens individuais (1 L) de Leite Meio Gordo de Vaca Ultrapasteurizado (UHT);
- Lote 2 - 1.440.120 embalagens individuais (0,700 Kg) de Queijo curado de Vaca Meio Gordo, Meia bola (percentagem de matéria gorda entre 25% e 45%), sem adição de géneros alimentícios diferentes do queijo;
- Lote 3 - 1.440.120 embalagens individuais (1,000 Kg) de Arroz Médio Carolino;
- Lote 4 - 2.880.240 embalagens individuais (0,500 Kg) de Massa simples – Esparguete;
- Lote 5 - 2.880.240 embalagens individuais (0,500 Kg) de Cereais de Pequeno-almoço à base de flocos de milho, com alto teor de vitaminas e minerais (Não devem ter um teor de açúcar superior a 8 gr de açúcar por 100 gr de cereais);

- Lote 6 - 1.800.150 embalagens individuais (0,800 Kg) de Feijão Encarnado Cozido – Enlatado;
- Lote 7 - 1.800.150 embalagens individuais (0,800 Kg) de Grão-de-Bico Cozido Enlatado;
- Lote 8 - 553.952 embalagens individuais (0,780 Kg) de Tomate Pelado Enlatado;
- Lote 9 - 1.080.090 embalagens individuais (1,000 Kg) de Frango Congelado, em pedaços sem Miúdos;
- Lote 10 - 1.440.120 embalagens individuais (0,600 Kg) de Pescada Congelada n.º3 para cozer porcionada;
- Lote 11 - 9.164.464 embalagens individuais (0,110 Kg) de Atum à posta em óleo vegetal em latas;
- Lote 12 - 8.400.700 embalagens individuais (0,120 Kg) de Sardinha (género Sardina) em óleo vegetal em latas;
- Lote 13 - 8.640.720 embalagens individuais (1,000 Kg) de Mistura de vegetais Ultracongelados, para preparação de sopa, sem batata;
- Lote 14 - 3.456.343 embalagens individuais (1,000 Kg) de Brócolos Ultracongelados;
- Lote 15 - 4.608.441 embalagens individuais (0,750 Kg) de Espinafres Ultracongelados;
- Lote 16 - 480.040 embalagens individuais (0,750 L) de Azeite (mistura de azeite refinado com azeite virgem);
- Lote 17 - 540.045 embalagens individuais (0,400 Kg) de Doce de marmelo ou Marmelada;
- Lote 18 - 645.242 embalagens individuais (0,250 Kg) de Creme vegetal com teor de ácidos gordos saturados inferior a 20 gr por 100 gr de produto e com teores de ácidos gordos trans abaixo de 2% do teor total de gordura.

1.2.2. Os géneros alimentares a entregar deverão obedecer à legislação e normas técnicas em vigor relativamente aos géneros alimentícios, nomeadamente, a relativa à higiene e segurança alimentar, critérios microbiológicos, resíduos de pesticidas, contaminantes, aditivos, corantes, aromas, edulcorantes materiais em contacto com os alimentos e rotulagem.

Deverão ainda obedecer ao estabelecido no n.º 12 do art.º 5.º do Regulamento (UE) n.º 223/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2014 relativo ao Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas, designadamente os géneros alimentares e a respetiva distribuição têm que estar em conformidade com o direito da União em matéria de segurança dos produtos de consumo.

Também deverão obedecer aos termos e condições definidas no presente Caderno de Encargos, designadamente às especificações previstas na ficha técnica do produto constante do **Anexo II**.

1.3 CONCEITO DE FORNECIMENTO

1.3.1 No âmbito do presente Caderno de Encargos entende-se por fornecimento de géneros alimentares, a execução dos seguintes serviços pelo adjudicatário:

- a) Produção e acondicionamento dos géneros alimentares a fornecer;
- b) Entrega dos géneros alimentares transformados e acondicionados, nas quantidades (em número de embalagens individuais) nos respetivos Armazéns dos Pólos de Receção de cada um dos territórios constantes do Anexo I do presente Caderno de Encargos, durante o período de entregas definido no ponto 10.3. do caderno de encargos;
- c) Descarga e acondicionamento dos géneros alimentares no interior dos Armazéns dos Pólos de Receção de cada um dos territórios constantes do Anexo I do presente Caderno de Encargos.

1.3.2. O acondicionamento no interior dos Armazéns dos Pólos de Receção referidos no ponto anterior inclui a colocação de paletes nas prateleiras e a sua sobreposição (sempre que possível).

1.3.3. Os Armazéns dos Pólos de Receção podem localizar-se ou no(s) concelho(s) que compõem cada um dos territórios ou no distrito a que pertence cada um dos territórios constantes do Anexo I do presente Caderno de Encargos.

1.4. DESIGNAÇÃO DO PROCEDIMENTO E NÚMERO DE PROCESSO

O presente procedimento tem a seguinte designação: “FORNECIMENTO DE GÉNEROS ALIMENTARES NO ÂMBITO DO FUNDO DE AUXILIO EUROPEU ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS”, a que lhe corresponde o número de Processo: Processo nº 2001/17/0000005.

2. CONTRATO

2.1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar e respetivos Anexos.

2.2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal;
- a) Os suprimentos de erros e de omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto do artigo 61º

do CCP;

- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Na celebração do contrato aplicar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação.

4. PARTES CONTRATANTES

4.1. As partes contratantes são:

- a) O Instituto da Segurança Social, I.P. enquanto Entidade Adjudicante;
- b) O Adjudicatário.

4.2 Os contraentes far-se-ão representar na assinatura do contrato pelos seus representantes legais ou pessoas mandatadas para o efeito.

5. INTERPRETAÇÃO DA DIVERGÊNCIA ENTRE DOCUMENTOS

5.1. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a f) do Ponto 2.2., a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5.2 Em caso de divergência entre o Caderno de Encargos e a Proposta, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas para execução do contrato.

6. ALTERAÇÕES RELATIVAS AO ADJUDICATÁRIO

O adjudicatário deverá informar a entidade adjudicante das alterações verificadas durante a execução do contrato, referentes a:

- a) Poderes de representação no contrato celebrado para a aquisição dos serviços;

- b) Nome ou denominação social;
- c) Endereço ou sede social;
- d) Quaisquer outros factos que alterem de modo significativo a sua situação.

7. NOTIFICAÇÕES, INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

7.1 Sem prejuízo de serem acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma delas.

7.2 Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

8. CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos fixados nos documentos contratuais são contados nos termos do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e, supletivamente, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

9. PREÇO BASE

9.1. O preço base do procedimento em termos globais é de 66.120.372,60€ (sessenta e seis milhões, cento e vinte mil, trezentos e setenta e dois euros e sessenta cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal aplicável, sendo decomposto nos seguintes termos:

- a) valor total para fornecimento dos produtos é de 65.465.715,45€ (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e quinze euros e quarenta e cinco cêntimos);
- b) valor total para o transporte dos produtos é de 654.657,15€ (seiscentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e sete euros e quinze cêntimos).

9.2. O valor base de cada lote é igualmente decomposto pelo valor de aquisição do produto e pelo valor do custo de transporte, aos quais acresce o IVA à taxa legal aplicável, nos termos do disposto no número seguinte.

9.3. O valor base de cada lote será o seguinte:

- **Lote 1** - 5.760.480 embalagens individuais (1 L) de **Leite Meio Gordo de Vaca** Ultrapasteurizado (UHT) - 2.717.207,51€ (dois milhões, setecentos e dezassete, duzentos e sete euros e cinquenta e um cêntimos), decomposto por 2.690.304,47€ (dois milhões, seiscentos e noventa mil, trezentos e quatro euros e quarenta e sete cêntimos) referente ao valor de aquisição do produto e por 26.903,04€ (vinte e seis mil, novecentos e três euros e quatro cêntimos), referente ao valor do custo de transporte.
- **Lote 2** - 1.440.120 embalagens individuais (0,700 Kg) de **Queijo curado de Vaca Meio Gordo**, Meia bola (percentagem de matéria gorda entre 25% e 45%), sem adição de géneros alimentícios diferentes do queijo - 7.472.320,72€ (sete milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte euros e setenta e dois cêntimos), decomposto por 7.398.337,35€ (sete milhões, trezentos e noventa e oito mil, trezentos e trinta e sete euros e trinta e cinco cêntimos) referente ao valor de aquisição do produto e por 73.983,37€ (setenta e três mil, novecentos e oitenta e três euros e trinta e sete cêntimos), referente ao valor do custo de transporte.
- **Lote 3** - 1.440.120 embalagens individuais (1,000 Kg) de **Arroz Médio Carolino** - 951.022,59€ (novecentos e cinquenta e um mil, vinte e dois euros e cinquenta e nove cêntimos), decomposto por 941.606,52€ (novecentos e quarenta e um mil, seiscentos e seis euros e cinquenta e dois cêntimos) referente ao valor de aquisição do produto e por 9.416,07 (nove mil, quatrocentos e dezasseis euros e sete cêntimos), referente ao valor do custo de transporte.
- **Lote 4** - 2.880.240 embalagens individuais (0,500 Kg) de **Massa simples – Esparguete** - 1.630.324,51€ (um milhão, seiscentos e trinta mil, trezentos e vinte e quatro euros e cinquenta e um cêntimos), decomposto por 1.614.182,68€ (um milhão, seiscentos e catorze mil, cento e oitenta e dois euros e sessenta e oito cêntimos) referente ao valor de aquisição do produto e por 16.141,83€ (dezasseis mil, cento e quarenta e um euros e oitenta e três cêntimos), referente ao valor do custo de transporte.
- **Lote 5** - 2.880.240 embalagens individuais (0,500 Kg) de **Cereais de Pequeno-almoço à base de flocos de milho**, com alto teor de vitaminas e minerais (Não devem ter um teor de açúcar superior a 8 gr de açúcar por 100 gr de cereais) - 3.512.487,74€ (três milhões, quinhentos e doze mil, quatrocentos e oitenta e sete euros e setenta e quatro cêntimos), decomposto por 3.477.710,63€ (três milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, setecentos e dez euros e sessenta e três cêntimos) referente ao valor de aquisição do produto e por 34.777,11€ (trinta e quatro mil, setecentos e setenta e sete euros e onze cêntimos), referente ao valor do custo de transporte.
- **Lote 6** - 1.800.150 embalagens individuais (0,800 Kg) de **Feijão Encarnado Cozido – Enlatado** - 1.097.652,36€ (um milhão, noventa e sete mil, seiscentos e cinquenta e dois euros e trinta e seis cêntimos), decomposto por 1.086.784,51€ (um milhão oitenta e seis mil, setecentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e um cêntimos) referente ao valor de aquisição do produto e por

10.867,85€ (dez mil, oitocentos e sessenta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos), referente ao valor do custo de transporte.

- **Lote 7** - 1.800.150 embalagens individuais (0,800 Kg) de **Grão-de-Bico Cozido Enlatado** - 1.317.182,91€ (um milhão, trezentos e dezassete mil, cento e oitenta e dois euros e noventa e um cêntimos, decomposto por 1.304.141,50€ (um milhão, trezentos e quatro mil, cento e quarenta e um euros e cinquenta cêntimos) referente ao valor de aquisição do produto e por 13.041,41€ (treze mil, quarenta e um euros e quarenta e um cêntimos), referente ao valor do custo de transporte.
- **Lote 8** - 553.952 embalagens individuais (0,780 Kg) de **Tomate Pelado Enlatado** - 405.330,70€ (quatrocentos e cinco mil trezentos e trinta euros e setenta e três cêntimos) decomposto por 401.317,52€ (quatrocentos e um mil, trezentos e dezassete euros e cinquenta e dois cêntimos) referente ao valor de aquisição do produto e por 4.013,18€ (quatro mil, treze euros e dezoito cêntimos), referente ao valor do custo de transporte.
- **Lote 9** - 1.080.090 embalagens individuais (1,000 Kg) de **Frango Congelado**, em pedaços sem Miúdos - 3.046.668,81€ (três milhões, quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta e oito euros e oitenta e um cêntimos), decomposto por 3.016.503,77€ (três milhões, dezasseis mil, quinhentos e três euros e setenta e sete cêntimos) referente ao valor de aquisição do produto e por 30.165,04€ (trinta mil, cento e sessenta e cinco euros e quatro cêntimos), referente ao valor do custo de transporte.
- **Lote 10** - 1.440.120 embalagens individuais (0,600 Kg) de **Pescada Congelada n.º 3 para cozer** - 6.793.018,79€ (seis milhões, setecentos e noventa e três mil, dezoito euros e setenta e nove cêntimos, decomposto por 6.725.761,18€ (seis milhões, setecentos e vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e um euros e dezoito cêntimos) referente ao valor de aquisição do produto e por 67.257,61€ (sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta e sete euros e sessenta e um cêntimos), referente ao valor do custo de transporte.
- **Lote 11** - 9.164.464 embalagens individuais (0,110 Kg) de **Atum à posta em óleo vegetal em latas** - 6.052.004,52€ (seis milhões, cinquenta e dois mil, quatro euros e cinquenta e dois cêntimos), decomposto por 5.992.083,68€ (cinco milhões, novecentos e noventa e dois mil, oitenta e três euros e sessenta e oito cêntimos) referente ao valor de aquisição do produto e por 59.920,84€ (cinquenta e nove mil, novecentos e vinte euros e oitenta e quatro cêntimos), referente ao valor do custo de transporte.
- **Lote 12** - 8.400.700 embalagens individuais (0,120 Kg) de **Sardinha (género Sardina) em óleo vegetal em latas** - 7.528.929,20€ (sete milhões, quinhentos e vinte e oito mil, novecentos e vinte e nove euros e vinte cêntimos), decomposto por 7.454.385,35€ (sete milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e oitenta e cinco euros e trinta e cinco cêntimos) referente ao valor de aquisição do produto e por 74.543,85€ (setenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e três euros e oitenta e cinco cêntimos), referente ao valor do custo de transporte.

- **Lote 13** - 8.640.720 embalagens individuais (1,000 Kg) de **Mistura de vegetais Ultracongelados para preparação de sopa, sem batata** - 12.635.015,00€ (doze milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, quinze euros, decomposto por 12.509.915,84€ (doze milhões, quinhentos e nove mil, novecentos e quinze euros e oitenta e quatro centimos) referente ao valor de aquisição do produto e por 125.099,16€ (cento e vinte e cinco mil, noventa e nove euros e dezasseis centimos), referente ao valor do custo de transporte.
- **Lote 14** - 3.456.343 embalagens individuais (1,000 Kg) de **Brócolos Ultracongelados** - 4.238.911,13€ (quatro milhões, duzentos e trinta e oito mil, novecentos e onze euros e treze centimos), decomposto por 4.196.941,71€ (quatro milhões, cento e noventa e seis mil, novecentos e quarenta e um euros e setenta e um centimos) referente ao valor de aquisição do produto e por 41.969,42€ (quarenta e um mil, novecentos e sessenta e nove euros e quarenta e dois centimos), referente ao valor do custo de transporte.
- **Lote 15** - 4.608.441 embalagens individuais (0,750 Kg) de **Espinafres Ultracongelados** - 4.347.585,79€ (quatro milhões, trezentos e quarenta e sete mil, quinhentos e oitenta e cinco euros e setenta e nove centimos), decomposto por 4.304.540,39€ (quatro milhões, trezentos e quatro mil, quinhentos e quarenta euros e trinta e nove centimos) referente ao valor de aquisição do produto e por 43.045,40€ (quarenta e três mil, quarenta e cinco euros e quarenta centimos), referente ao valor do custo de transporte.
- **Lote 16** - 480.040 embalagens individuais (0,750 L) de **Azeite (mistura de azeite refinado com azeite virgem)** - 1.358.603,76€ (um milhão, trezentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e três euros e setenta e sete centimos), decomposto por 1.345.152,24€ (um milhão, trezentos e quarenta e cinco mil, cento e cinquenta e dois euros e vinte e quatro centimos) referente ao valor de aquisição do produto e por 13.451,52€ (treze mil, quatrocentos e cinquenta e um euros e cinquenta e dois centimos), referente ao valor do custo de transporte.
- **Lote 17** - 540.045 embalagens individuais (0,400 Kg) de **Doce de marmelo ou Marmelada** - 439.060,91€ (quatrocentos e trinta e nove mil, sessenta euros e noventa e um centimos), decomposto por 434.713,77 € (quatrocentos e trinta e quatro mil, setecentos e treze euros e setenta e sete centimos) referente ao valor de aquisição do produto e por 4.347,14€ (quatro mil, trezentos e quarenta e sete euros e catorze centimos), referente ao valor do custo de transporte.
- **Lote 18** - 645.242 embalagens individuais (0,250 Kg) de **Creme vegetal** com teor de ácidos gordos saturados inferior a 20 gr por 100 gr de produto e com teores de ácidos gordos trans abaixo de 2% do teor total de gordura - 577.045,65€ (quinhentos e setenta e sete mil, quarenta e cinco euros e sessenta e cinco centimos), decomposto por 571.332,33€ (quinhentos e setenta e um mil, trezentos e trinta e dois euros e trinta e três centimos) referente ao valor de aquisição do produto e por 5.713,32€ (cinco mil, setecentos e treze euros e trinta e dois centimos), referente ao valor do custo de transporte.

9.4. O preço de referência dos géneros alimentares por embalagem individual, sem IVA, por cada lote, é o seguinte:

- Lote 1 - Leite Meio Gordo de Vaca UHT – 0,47€ (quarenta e sete cêntimos);
- Lote 2 - Queijo curado de Vaca Meio Gordo, Meia bola – 5,14€ (cinco euros e catorze cêntimos);
- Lote 3 - Arroz Médio Carolino – 0,65€ (sessenta e cinco cêntimos);
- Lote 4 - Massa simples – Esparguete – 0,56€ (cinquenta e seis cêntimos);
- Lote 5 - Cereais de Pequeno-almoço à base de flocos de milho – 1,21€ (um euro e vinte e um cêntimos);
- Lote 6 Feijão Encarnado Cozido – 0,60€ (sessenta cêntimos);
- Lote 7 Grão-de-Bico Cozido Enlatado – 0,72€ (setenta e dois cêntimos);
- Lote 8 - Tomate Pelado Enlatado – 0,72€ (setenta e dois cêntimos);
- Lote 9 - Frango Congelado, em pedaços sem Miúdos – 2,79€ (dois euros e setenta e nove cêntimos);
- Lote 10 - Pescada Congelada n.º 3 para cozer porcionada – 4,67€ (quatro euros e sessenta e sete cêntimos);
- Lote 11 - Atum à posta em óleo vegetal em latas – 0,65€ (sessenta e cinco cêntimos);
- Lote 12 - Sardinha (género Sardina) em óleo vegetal em latas – 0,89€ (oitenta e nove cêntimos);
- Lote 13 - Mistura de vegetais Ultracongelados para preparação de sopa, sem batata – 1,45€ (um euro e quarenta e cinco cêntimos);
- Lote 14 - Brócolos Ultracongelados – 1,21€ (um euro e vinte e um cêntimos);
- Lote 15 - Espinafres Ultracongelados – 0,93€ (noventa e três cêntimos);
- Lote 16 - Azeite (mistura de azeite refinado com azeite virgem) – 2,80€ (dois euros e oitenta cêntimos);
- Lote 17 - Doce de marmelo ou Marmelada – 0,80€ (oitenta cêntimos);
- Lote 18 - Creme vegetal – 0,89€ (oitenta e nove cêntimos).

9.5. O custo do transporte dos géneros alimentares não pode exceder o limite de 1%, de acordo com a alínea b) do n.º 5 do Artigo 33.º do Regulamento do FEAC, aprovado pela Portaria n.º 190-B/2015, de 26 de junho.

10. PRAZO DE EXECUÇÃO

10.1. O prazo de execução do contrato a celebrar decorrerá entre 26 de junho de 2017 a 31 de maio de 2019, e inclui 24 entregas em cada um dos territórios constantes do Anexo I do Caderno de Encargos.

10.2. Em cada entrega, será distribuída a quantidade de géneros alimentares (em número de embalagens individuais) indicada no mesmo Anexo.

10.3. Os períodos correspondentes a cada uma das 24 entregas são os seguintes:

Entregas	Período de entrega
1ª	26 de junho de 2017 a 30 de junho de 2017
2ª	24 de julho de 2017 a 31 de julho de 2017
3ª	25 de agosto de 2017 a 31 de agosto de 2017
4ª	25 de setembro de 2017 a 29 de setembro de 2017
5ª	25 de outubro de 2017 a 31 de outubro de 2017
6ª	24 de novembro de 2017 a 30 de novembro de 2017
7ª	22 de dezembro de 2017 a 29 de dezembro de 2017
8ª	25 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018
9ª	22 de fevereiro de 2018 a 28 de fevereiro de 2018
10ª	26 de março de 2018 a 30 de março de 2018
11ª	23 de abril de 2018 a 30 de abril de 2018
12ª	25 de maio de 2018 a 31 de maio de 2018
13ª	25 de junho de 2018 a 29 de junho de 2018
14ª	25 de julho de 2018 a 31 de julho de 2018
15ª	27 de agosto de 2018 a 31 de agosto de 2018
16ª	24 de setembro de 2018 a 28 de setembro de 2018
17ª	25 de outubro de 2018 a 31 de outubro de 2018
18ª	26 de novembro de 2018 a 30 de novembro de 2018
19ª	21 de dezembro de 2018 a 31 de dezembro de 2018
20ª	25 de janeiro de 2019 a 31 de janeiro de 2019
21ª	22 de fevereiro de 2019 a 28 de fevereiro de 2019
22ª	25 de março de 2019 a 29 de março de 2019
23ª	24 de abril de 2019 a 30 de abril de 2019
24ª	27 de maio de 2019 a 31 de maio de 2019

11. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

11.1.1. OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Fornecimento e entrega dos géneros alimentares em conformidade com as especificações previstas nas fichas técnicas dos produtos constantes do Anexo II do presente Caderno de Encargos;
- b) Envio de todas as guias de remessa e/ou de transporte que comprovam a entrega dos géneros alimentares nos Armazéns dos Polos de Receção dos Territórios definidos no Anexo I do presente Caderno de Encargos, para o email ISS-FEAC@seg-social.pt;
- c) Disponibilização, em qualquer momento, aos agentes do ISS, IP, da Autoridade de Gestão do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP (ADC), da Inspeção Geral de Finanças (IGF), da Comissão Europeia e do Tribunal de Contas Europeu, ou qualquer pessoa devidamente mandatada pelos mesmos, todos os documentos relacionados com o presente procedimento;
- d) Conservação, pelos períodos legalmente exigidos na regulamentação portuguesa e comunitária, dos documentos comprovativos de todos os atos relacionados com o presente procedimento.

11.1.2 OUTRAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

- a) O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos géneros alimentares, todos os documentos, em língua portuguesa, que sejam necessários ao correto manuseamento e acondicionamento dos mesmos;
- b) Todas as despesas e custos relacionados com a embalagem, carga, transporte e descarga dos géneros alimentares nos locais de entrega (Armazéns dos Polos de Receção), incluindo o seu acondicionamento, são da responsabilidade do adjudicatário.

11.2. DEVER DE SIGILO

- a) O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao ISS, IP de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

- b) A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- c) Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

11.3. OBRIGAÇÕES DO ADJUDICANTE

11.3.1. PREÇO CONTRATUAL

- a) Pelo fornecimento dos géneros alimentares objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos e respetivos Anexos, a entidade adjudicante pagará ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada (com indicação de duas casas decimais), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- b) O preço referido na alínea anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
- c) Durante a vigência do contrato não haverá lugar à revisão do preço contratualizado.
- d) Não será devido qualquer pagamento ao adjudicatário pelo custo de transporte do local de transformação e de acondicionamento até aos Armazéns dos Polos de Receção, referente às quantidades transportadas, quando o mesmo venha a ocorrer após o prazo estipulado no contrato a celebrar.

11.3.2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- a) O adjudicatário deverá proceder ao envio das faturas, em conformidade com as disposições legais que regulamentam a realização e processamento de despesas na Administração Pública, para o Departamento de Gestão e Controlo Financeiro, sito na Rua Rosa Araújo, nº 43, 1250-194 Lisboa.
- b) As faturas deverão indicar, de forma discriminada, o valor do produto entregue e o correspondente preço do transporte.
- c) O pagamento será efetuado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção e validação das respetivas faturas pela entidade adjudicante, através de emissão de cheque ou transferência

bancária.

- d) As faturas só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem.
- e) Para os efeitos da alínea anterior, a obrigação considera-se vencida após a conclusão da entrega da quantidade de géneros alimentares prevista para cada uma das 24 entregas nos Armazéns dos Polos de Receção constantes do Anexo I do presente Caderno de Encargos.
- f) Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores ou quantidades indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, no prazo de 15 (quinze) dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à retificação da fatura.
- g) Os pedidos de pagamento e a respetiva faturação deverão dar entrada no ISS,IP até 30 (trinta) dias após o termo do prazo de execução contratualmente estabelecido.

11.4. COMPOSIÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS GÉNEROS ALIMENTARES

O adjudicatário deverá obrigatoriamente anexar à proposta as fichas técnicas com a indicação da composição quantitativa e qualitativa dos géneros alimentares a fornecer.

As especificações técnicas constantes das fichas a fornecer deverão estar em conformidade com as dispostas no Anexo II do presente Caderno de Encargos.

11.5. LOCAL DA PRODUÇÃO E DE ACONDICIONAMENTO DOS GÉNEROS ALIMENTARES

Os locais de produção e de acondicionamento dos géneros alimentares, prévio às entregas nos Armazéns dos Polos de Receção, deverão ser obrigatoriamente indicados pelo adjudicatário.

11.6. QUANTIDADES DOS GÉNEROS ALIMENTARES A FORNECER

- a) As quantidades dos géneros alimentares a fornecer deverão ser obrigatoriamente discriminadas, indicando o número de embalagens individuais, as toneladas e os respetivos preços unitários, com apenas duas casas decimais;
- b) A verificação da quantidade dos géneros alimentares entregue será aferida pelo seu peso líquido;
- c) Apenas serão consideradas as quantidades, preços e número de embalagens constantes da proposta do concorrente.

11.7. ACONDICIONAMENTO DOS GÉNEROS ALIMENTARES A FORNECER

- a) Os géneros alimentares a fornecer deverão ter o acondicionamento previsto, para cada tipo de género alimentar identificado nos pontos 1.2.1 e 9.3 do presente Caderno de Encargos.

- b) As embalagens individuais deverão deter qualidade idêntica às utilizadas comercialmente pelo fabricante, garantindo as condições de resistência suficientes para evitar roturas e desperdícios na sua manipulação e obedecer ao estipulado na legislação em vigor.
- c) Os géneros alimentares deverão ser acondicionados nos Armazéns dos Polos de Receção devidamente paletizados.
- d) As paletes devem ser de qualidade e possuir dimensão uniforme e resistência suficiente para o peso a suportar, evitando o esmagamento e deformação das embalagens.
- e) Quaisquer perdas ocasionadas por quebra das paletes, pelo mau acondicionamento e envolvimento das embalagens na paleta (retratilização) ou por defeito ou falta de condições dos produtos fornecidos, bem como quaisquer perdas ocorridas na descarga dos géneros alimentares nos Armazéns dos Polos de Receção são imputáveis ao adjudicatário que deverá repor o produto acidentado, dentro do prazo que lhe seja solicitado pela entidade adjudicante.

11.8. VALIDADE DOS GÉNEROS ALIMENTARES E CONDIÇÕES DE ARMAZENAGEM

- a) Os géneros alimentares a fornecer deverão ter um prazo de validade não inferior ao indicado na *Data de durabilidade mínima* disposta da ficha técnica do produto constante do Anexo II do presente Caderno de Encargos, a contar da data de entrega nos Armazéns dos Polos de Receção.
- b) O adjudicatário deverá indicar as condições em que os géneros alimentares a fornecer deverão ser conservados e armazenados nos Armazéns dos Polos de Receção, conforme indicado na ficha técnica do produto constante do Anexo II do presente Caderno de Encargos.
- c) As condições de armazenagem apresentadas pelos concorrentes na alínea anterior do presente número, serão transmitidas pelo ISS, IP para o email do Responsável pela Candidatura das entidades beneficiárias das operações de distribuição de géneros alimentares de cada um dos territórios constantes do Anexo I do presente Caderno de Encargos, disponibilizado no Formulário de Candidatura desta Tipologia de Operações, sendo que os Armazéns dos Polos de Receção podem localizar-se ou no(s) concelho(s) que compõem cada um dos territórios ou no distrito a que pertence cada um dos territórios.
- d) As condições de armazenagem apresentadas pelos concorrentes na alínea b) do presente número deverão ser observadas pelas entidades beneficiárias das operações de distribuição de géneros alimentares de cada um dos territórios constantes do Anexo I do presente Caderno de Encargos.

11.9. ENTREGA DOS GÉNEROS ALIMENTARES

- a) A quantidade total dos géneros alimentares (em número de embalagens individuais) será entregue nos Armazéns dos Polos de Receção de cada um dos territórios constantes do **Anexo I** do presente Caderno de Encargos, os quais podem localizar-se ou no(s) concelho(s) que compõem cada um dos territórios ou no distrito a que pertence cada um dos territórios.
- b) Para ter conhecimento da morada dos Armazéns dos Polos de Receção de cada um dos territórios, o adjudicatário deverá, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias em relação a cada uma das 24 entregas, contactar o Responsável pela Candidatura de cada uma das entidades beneficiárias das operações de distribuição de géneros alimentares dos territórios constantes do **Anexo I** do presente Caderno de Encargos, cujos contactos serão disponibilizados pelo ISS, IP com base na informação constante do Formulário de Candidatura desta Tipologia de Operações.
- c) Caso se verifiquem alterações ao **Anexo I**, as mesmas serão igualmente comunicadas pelo ISS, IP, ao adjudicatário.
- d) Os géneros alimentares produzidos e embalados serão entregues nos Armazéns dos Polos de Receção sempre acompanhados de uma guia de transporte e de uma guia de remessa em duplicado e numerada, na qual se identifiquem claramente o número de embalagens individuais e o respetivo número do lote.
- e) As guias de transporte e as guias de remessa deverão ser assinadas, com a assinatura legível, datadas e carimbadas, pela entidade credenciada para o efeito nos Armazéns dos Polos de Receção, ficando com o duplicado das mesmas.
- f) As guias de transporte e as guias de remessa apenas podem conter informação relativa a um género alimentar, não sendo possível emitir estes documentos com mais do que um tipo de género alimentar.
- g) Até 10 (dez) dias antes do início de cada uma das 24 entregas, o adjudicatário deverá elaborar o calendário da respetiva entrega dos géneros alimentares nos Armazéns dos Polos de Receção juntamente com o Responsável pela Candidatura de cada uma das entidades beneficiárias das operações de distribuição de géneros alimentares dos territórios constantes do **Anexo I** do presente Caderno de Encargos, cujos contactos serão disponibilizados pelo ISS, IP com base na informação constante do Formulário de Candidatura desta Tipologia de Operações.
- h) Até 5 (cinco) dias antes do início de cada uma das 24 entregas, o adjudicatário deverá dar conhecimento ao ISS, IP da calendarização acordada com os Responsáveis pelas candidaturas referidos na alínea anterior.

- i) Com um mínimo de 3 (três) dias de antecedência em relação à data estabelecida na calendarização referida na alínea anterior, para cada uma das 24 entregas, o adjudicatário deverá informar os Responsáveis pelas candidaturas previstos na alínea g) do presente número, da data e hora da entrega efetiva dos géneros alimentares nos Armazéns dos Polos de Receção, dando disso também conhecimento ao ISS, IP.
- j) Caso ocorram atrasos na entrega dos géneros alimentares nos Armazéns dos Polos de Receção, por motivos imprevistos, deve ser de imediato comunicado aos Responsáveis pelas candidaturas previstos na alínea g) do presente ponto, dando igualmente conhecimento desse facto ao ISS, IP.
- k) Sempre que preveja alterações ao calendário de entregas definido para cada um dos 24 períodos de entrega, o adjudicatário deverá informar o ISS, IP com um mínimo de três dias de antecedência.
- l) No final de cada uma das 24 entregas dos géneros alimentares definidas no ponto 10.3. do Caderno de Encargos e até ao dia 5 do mês seguinte, o ISS, IP deverá ser informado, através do modelo disponibilizado no **Anexo III** do presente documento, dos seguintes elementos:

l.1) Para cada uma das 24 entregas:

- a) Quantidade total de géneros alimentares (em número de embalagens individuais) entregue por Polo de Receção e por lote, bem como a respetiva data de entrega;
- b) Quantidade de géneros alimentares (em número de embalagens individuais) que falta entregar por Polo de Receção (em caso de incumprimento do período de entrega definido).

l.2) No âmbito do contrato:

- a) Quantidade total acumulada de géneros alimentares (em número de embalagens individuais) entregue por Polo de Receção;
- b) Quantidade de géneros alimentares (em número de embalagens individuais) que falta entregar por Polo de Receção.

11.10. CONTROLOS

- a) O adjudicatário obriga-se a submeter às ações de controlo físico, incluindo a colheita de amostras dos produtos, e/ou contabilístico efetuados pelo ISS, IP, pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP (ADC), pela Inspeção Geral de Finanças (IGF), pela Comissão Europeia, pelo Tribunal de Contas Europeu, pela ASAE ou por entidades credenciadas pelo ISS, IP

disponibilizando o acesso às suas instalações e/ou dos subcontratantes, o acesso a toda a documentação julgada conveniente, a produção de cópias de toda a documentação e registos contabilísticos relacionados com a execução do objeto do presente procedimento e em qualquer fase da sua execução.

- b) Independentemente dos controlos que o ISS, IP ou qualquer outra entidade para o efeito credenciada, entendam por bem executar no âmbito do presente procedimento, a empresa onde são processados os géneros alimentares deverá efetuar os controlos devidos.
- c) Deverão ser, obrigatoriamente, remetidos ao ISS, IP ou outra entidade indicada por este, os boletins de análise comprovativos do cumprimento dos requisitos de qualidade dos géneros alimentares, em vigor, respeitantes a cada lote de fabrico.
- d) O adjudicatário poderá ser convocado pelas entidades que procedem à receção e aceitação do produto para assistirem a atos relacionados com a entrega.
- e) O adjudicatário obriga-se a tomar e coordenar todo e qualquer procedimento tendo em vista a realização das ações necessárias à boa execução do contrato.
- f) O adjudicatário obriga-se a notificar, por escrito, o ISS, IP, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, das datas de início da realização das operações de produção e/ou acondicionamento e de transporte do produto até aos Armazéns dos Polos de receção.

12. ATRASOS E MORA DE PAGAMENTOS POR PARTE DO ADJUDICANTE

12.1 Em cumprimento do disposto do Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio referentes a eventuais atrasos de pagamento:

- a) Será considerado atraso de pagamento, o verificado após 60 (sessenta) dias contados a partir da data da receção e validação das respetivas faturas pela entidade adjudicante.
- b) O atraso ou ausência de pagamento pode constituir fundamento para a resolução do contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais, nomeadamente, por danos emergentes e lucros cessantes, devendo o adjudicatário fazer prova da sua existência.
- c) As partes desde já acordam que, antes de qualquer forma de cessação do fornecimento deverão tentar suprir a falta, estipulando-se um prazo de 30 (trinta) dias para o efeito.
- d) O adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à mora do incumprimento das obrigações do pagamento do preço contratual.

13. PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

13.1. PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Em caso de atrasos na execução do objeto do presente procedimento, que não resulte em resolução do contrato por razões imputáveis ao adjudicatário, ou que não resulte de caso de força maior, poderá ser aplicada uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V \cdot \frac{N}{T} \cdot \frac{Q_i}{Q_t}$$

Em que P corresponde ao montante de penalização, V é igual ao preço contratual, N é o n.º de dias em que se mantém o incumprimento ou cumprimento defeituoso do mesmo, T é o prazo de execução do contrato (n.º de dias que decorre entre o início e o fim da entrega dos géneros alimentares), Q_i é a quantidade dos géneros alimentares em incumprimento e Q_t é a quantidade total dos géneros alimentares a entregar, medida em kg/L);

2. Se ocorrerem atrasos na entrega dos géneros alimentares, relativamente a cada uma das 24 entregas indicadas no ponto 10.3 do presente documento, poderá o ISS, IP fixar um prazo limite para cessar o incumprimento do prazo, findo o qual, se aquele se mantiver, poderá rescindir o contrato, estando, no entanto, o adjudicatário sujeito à aplicação das penalidades previstas por atrasos na entrega dos géneros alimentares, de acordo com a fórmula referida no ponto anterior;
3. Em caso de resolução por incumprimento de prazos, o adjudicatário para além da perda da caução a favor do ISS, IP deverá restituir, de imediato, as quantias já recebidas do adjudicante.
4. As falsas declarações sujeitam os responsáveis às sanções cominadas, nos termos da lei penal geral e o concorrente será excluído do procedimento ou, se o respetivo objeto já tiver sido adjudicado, ficará a adjudicação sem efeito;
5. O adjudicatário deverá ter ainda em atenção o seguinte:
 - a) As ações desenvolvidas pelo adjudicatário ou por terceiro por sua conta, que não satisfaçam as condições descritas no presente documento, deverão ser revistas, por sua conta, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
 - b) A obrigação de comunicar, por escrito, ao ISS, IP as causas impeditivas do pontual cumprimento das obrigações assumidas, dentro do prazo de 3 (três) dias contados a partir da data da sua ocorrência ou da data em que delas tenha tido conhecimento;
 - c) Que, caso os géneros alimentares fornecidos não estejam em conformidade com o disposto no ponto 1.2 do presente Caderno de Encargos, fica o adjudicatário obrigado a repor igual quantidade

de produto, nas condições exigidas.

- d) Que, em caso de incumprimento da qualidade, do acondicionamento ou da marcação do produto, nos termos definidos no presente Caderno de Encargos, será aplicada ao adjudicatário uma penalização a qual incidirá sobre o montante a pagar, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_1 = \frac{V_1}{T_1}$$

Em que P_1 corresponde ao montante da penalização, T_1 é o prazo de execução do contrato (n.º de dias que decorre entre o início e o fim da entrega dos géneros alimentares) e V_1 é igual ao preço contratual, traduzido na seguinte fórmula:

$$V_1 = \frac{Q_i \times V_t}{Q_t}$$

em que Q_i corresponde à quantidade dos géneros alimentares a entregar em incumprimento, medida em kg, V_t corresponde ao valor total correspondente aos custos de produção do produto e dos custos com o acondicionamento dos géneros alimentares mobilizados e Q_t corresponde à quantidade total dos géneros alimentares a entregar, medida em kg/L.

- e) Que, caso o incumprimento referido na alínea anterior tenha como consequência uma penalização inferior ou igual a 100,00 euros (cem euros), não será imputada ao adjudicatário qualquer sanção.

13.2. RESOLUÇÃO POR INCUMPRIMENTO DO ADJUDICANTE

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 4 (quatro) meses, mediante declaração escrita, enviada por carta registada com aviso de receção ao adjudicante, a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a sua receção, salvo se, neste prazo, as obrigações pecuniárias em atraso forem cumpridas, acrescidas de juros de mora a que houver lugar.

13.3. RESOLUÇÃO POR INCUMPRIMENTO DO ADJUDICATÁRIO

13.3.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicante poderá resolver o contrato a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem nos termos previstos no Caderno de Encargos, designadamente por cumprimento defeituoso na entrega dos géneros alimentares, por atraso, total ou parcial, na entrega dos géneros alimentares objeto do contrato e por não-aceitação dos fundamentos do atraso ou inoportunidade da entrega em novo prazo.

13.3.2. O incumprimento, por parte do adjudicatário, confere, nos termos gerais de direito, ao ISS, IP, além da faculdade de resolver o contrato, o direito às correspondentes indemnizações legais.

13.3.3. O direito de resolução deve ser exercido mediante declaração escrita, enviada por carta registada com aviso de receção ao adjudicatário, a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a sua receção.

14. RESCISÃO

O ISS, IP pode rescindir o contrato a celebrar no caso ter sido proferida declaração judicial de insolvência do adjudicatário.

15. RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL

A cessação dos efeitos do contrato através da resolução, não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a sua execução.

16. ALTERAÇÕES

16.1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes, e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

16.2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 30 (trinta dias) em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.

16.3. O contrato pode ser alterado por:

- a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que a do contrato;
- b) Decisão judicial ou arbitral;
- c) Razões de interesse público.

16.4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem

constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

17. FORÇA MAIOR

17.1. Não poderão ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

17.2. Poderão constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, **inundações**, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

17.3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

17.4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

17.5. Para efeitos do disposto no número anterior, a parte que invocar caso de força maior deve comunicar, por escrito, e justificar tais situações à outra parte, bem como comunicar qual o prazo previsível para o restabelecimento da situação normal.

17.6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

18. RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro), na sua atual redação.

19.2 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.